



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2021.

1 No dia vinte de maio de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 20ª  
2 Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes  
3 na reunião as conselheiras e os conselheiros: Ailton Benedito de Souza (MPF); Antônio Fernandes  
4 de Jesus Vieira - Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de Carvalho  
5 Mota (MNMMR); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM);  
6 Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM); Herbert Borges  
7 Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Joselito de Araújo Sousa (PF); Marcelo de Paulo Medeiros  
8 (SNPG/MMFDH); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPQ); Paulo Tavares Mariante (ABGLT);  
9 Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE); Rogério Giannini (CFP); Romi Márcia Bencker  
10 (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian  
11 Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

12

13 **Abertura da 20ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael  
14 Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejou boas-vindas aos conselheiros e às  
15 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. Lembrou que essa reunião tem o  
16 objetivo de finalizar os itens de pauta da 19ª Reunião Extraordinária, tendo em vista que não houve  
17 tempo hábil para finalização. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:** Dando  
18 sequência, informou que o Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin não confirmou presença nesta  
19 reunião por motivo de saúde, desejando melhoras. Informou também que o Vice-Presidente Darci  
20 Frigo terá que se ausentar da reunião para realizar uma entrevista à TV Justiça em relação a uma

21 pauta ligada diretamente à atuação do CNDH, ponderando que, talvez, será necessária realizar  
22 alguma organização na pauta. Ratificou que, por sugestão da Comissão de Obrigações  
23 Internacionais, será realizada uma reunião específica do CNDH com o relator para o Brasil da  
24 Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no dia 27 de maio, das 14h30 às 17h, a fim  
25 de debater o relatório produzido em 2019. Explicou como será a metodologia desse encontro,  
26 reforçando o convite para participação. O Vice-Presidente Darci Frigo complementou discorrendo  
27 sobre a importância dos conselheiros realizarem uma leitura do relatório e verifiquem os temas que  
28 são tratados. Observou que seria interessante que o massacre da Favela do Jacarezinho/RJ e a  
29 Medidas Cautelares sobre os Yanomamis fossem colocadas para atualização dos problemas  
30 existentes no país, além do fortalecimento da questão relacionada à estratégia de consolidação do  
31 CNDH como Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH). Continuando, o Presidente Yuri  
32 Michael Pereira Costa comunicou que essa reunião será a última na qual a Secretaria Executiva será  
33 coordenada pela Sra. Silvia Mekler, destacando que a Mesa Diretora solicitou à SNPG que obedeça  
34 a forma de seleção da próxima Coordenação da Secretaria Executiva. Registrou a qualidade do  
35 trabalho realizado pela Sra. Silvia Mekler, agradecendo e parabenizando-a. A Sra. Silva Mekler  
36 apresentou um breve resumo do seu histórico profissional e externou a sua tristeza por estar  
37 deixando esse trabalho, agradecendo os conselheiros e demais colaboradores da Secretaria  
38 Executiva. Abrindo para os informes dos conselheiros, a Conselheira Sandra Maria da Silva  
39 Andrade justificou a sua ausência no segundo dia da 19ª Reunião Extraordinária. O Conselheiro  
40 Getúlio Vargas de Moura Júnior informou que o projeto de lei contra as remoções e despejos foi  
41 aprovado pela Câmara Federal e seguirá para o Senado Federal, explanando que solicitará a  
42 reedição da manifestação direcionando-a ao Senado. O Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus  
43 Vieira - Dinamam Tuxá registrou os inúmeros ataques que o povo Yanomâmi está sofrendo,  
44 entendendo que seria importante o CNDH manifestar-se sobre o tema. O Presidente Yuri Michael  
45 Pereira Costa concordou com a colocação do conselheiro, comprometendo-se a dialogar com a  
46 comissão que trata especificamente sobre os povos indígenas e com a Comissão de Obrigações  
47 Internacionais para organizarem brevemente uma manifestação. O Conselheiro Herbert Borges Paes  
48 de Barros relatou que o MMFDH tem acompanhado as demandas, especialmente, as enviadas pela  
49 Liderança Davi Kopenawa e reiterado aos órgãos locais o acompanhamento. Informou que estão em  
50 diálogo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria Nacional de Políticas de  
51 Promoção da Igualdade Racial (SNPPIR) e outros órgãos do governo federal para buscar uma

52 solução definitiva. Explanou que há uma expectativa de viagem a Roraima da Ministra Damares  
53 Alves para uma série de pauta, registrando que deverá juntar-se a essa comitiva. Seguindo ao  
54 **Relato da 21ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos à Alimentação**  
55 **Adequada – Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior  
56 postulou que não fará o relato da reunião, passando apenas a apreciação da Recomendação de  
57 recomposição do orçamento destinado à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a  
58 aprovação do PL 823/2021, que institui medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares  
59 do Brasil. Apresentada a recomendação, o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros sugeriu que a  
60 recomendação também fosse dirigida ao Congresso Nacional, uma vez que será necessário o seu  
61 pronunciamento em qualquer alteração no orçamento para superação dos limites impostos conforme  
62 lei estabelecida, o que foi acatado. Não havendo mais nenhuma observação, o Presidente Yuri  
63 Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a recomendação de recomposição do  
64 orçamento destinado à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a aprovação do PL  
65 823/2021, a qual foi aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: CNPG,  
66 UNISOL BRASIL, PF, APIB, UBM, CUT, FNDC, DHESCA BRASIL, CFP, ABGLT, CONAQ,  
67 CONAM, DPU. Abstencões: MMFDH, MPF, MRE. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura  
68 Júnior agradeceu pela aprovação e ressaltou que as reuniões da Comissão serão realizadas  
69 bimestralmente conforme orientação do plenário. Prosseguindo ao **Relato da 1ª Reunião da**  
70 **Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia – Conselheiro Rogério Giannini e**  
71 **Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior informou que declinará da  
72 realização do relato, visto que a Comissão não teve reunião nos últimos dias. O Conselheiro  
73 Rogério Giannini apenas registrou a presença de todos os conselheiros presentes na última reunião.  
74 O Vice-Presidente Darci Frigo questionou se a Comissão pautará algum item específico relacionado  
75 à CPI da Covid-19 e o Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior compreendeu que a própria  
76 denúncia realizada à Organização dos Estados Americanos (OEA) contempla vários elementos de  
77 violações que aconteceram no âmbito da pandemia, sugerindo encaminhá-la para subsídio da CPI.  
78 Passando ao **Relato e encaminhamento da 10ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre**  
79 **Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos – Conselheiro Leandro Scalabrin:** O  
80 Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou novamente a ausência do conselheiro e passou à  
81 apresentação do Termo de Referência de Tádzio Pertes Coelho como consultor *ad hoc* do CNDH.  
82 Escopo da consultoria: "Produzir informações técnicas, baseadas em evidências, sobre os efeitos

83 sociais, econômicos e ambientais da mineração de ouro em Godofredo Viana/MA, com destaque  
84 para o tratamento dado pelos órgãos de fiscalização à Barragem Lagoa do Pirocaua, envolvida no  
85 incidente ocorrido em março de 2021, e aos riscos que envolvem as atividades da Barragem do  
86 Vené, maior da região". Vigência da consultoria: até 17 de julho de 2021 - Processo SEI  
87 00135.208511/2021-85. Realizada a apresentação, o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros  
88 orientou que o consultor apresentasse o seu relatório previamente à Comissão Permanente dos  
89 Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de  
90 Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
91 Envolvidos em Conflitos Fundiários e ao Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresa, o que  
92 foi acatado. Não havendo mais nenhuma consideração, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
93 colocou em processo de votação o Termo de Referência de Tádzio Pertes Coelho como consultor *ad*  
94 *hoc* do CNDH, o qual foi aprovado por unanimidade, com o registro dos seguintes votos favoráveis:  
95 MMFDH, CNPG, MPF, MRE, CONAQ, UNISOL BRASIL, PF, APIB, UBM, CUT, DHESCA  
96 BRASIL, CFP, ABGLT, CONAM, CONIC, DPU. Prosseguindo ao **Relato e encaminhamento da**  
97 **29ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos**  
98 **Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e**  
99 **dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários -**  
100 **Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade e Ayala Lindabeth Dias Ferreira; Conselheiros**  
101 **Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá:** Havendo problemas técnicos, o Presidente Yuri Michael  
102 Pereira Costa passou à apreciação da designação de Naiara Andreolli Bittencourt e Diogo Diniz  
103 Ribeiro Cabral, como consultora e consultor *ad hoc*, para, no prazo de até 6 (seis) meses, subsidiar  
104 tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação,  
105 resolução ou recomendação sobre violações a direitos humanos decorrentes da pulverização de  
106 agrotóxicos. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos solicitou esclarecimentos sobre o  
107 sexto considerando e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que os considerandos  
108 estão apresentando uma série de casos ligados à pulverização de agrotóxicos apresentados ao  
109 CNDH, propondo incluir um considerando com a referência aos vídeos encaminhados ao Conselho,  
110 o que foi acatado. Não havendo mais considerações, colocou em processo de votação a designação  
111 de Naiara Andreolli Bittencourt e Diogo Diniz Ribeiro Cabral, como consultora e consultor *ad hoc*,  
112 a qual foi aprovada pela unanimidade por aclamação, estando presentes: CNPG, UNISOL BRASIL,  
113 CONAQ, APIB, UBM, CUT, CFP, ABGLT, CONIC, CONAM, MMFDH, PGR, MRE, DPU, PF.

114 Seguindo, o Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira - Dinamam Tuxá passou a apreciação  
115 do Relatório Direitos Humanos e Direito Territorial de Indígenas Isolados: Terra Indígena  
116 Ituna/Itatá, realizando a apresentação dos seus principais pontos. Não havendo nenhuma  
117 consideração, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou que o relatório será aprovado em  
118 forma de resolução, a qual autoriza a expedição das recomendações a partir de ofícios. Em seguida,  
119 colocou em processo de votação o relatório apresentado, o qual foi aprovado por maioria, com os  
120 seguintes registros de votos favoráveis: CNPG, UNISOL BRASIL, CONAQ, PF, APIB, UBM,  
121 CUT, FNDC, CFP, ABGLT, CONAM, CONIC, DPU. Abstenções: MMFDH, MPF, MRE.  
122 Realizada inversão de pauta em respeito à presença de convidados, passou-se aos **Informes de**  
123 **deliberações da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da**  
124 **população LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo -**  
125 **Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães, Lucileine da Silva Souza e**  
126 **Conselheiro Paulo Mariante:** O Conselheiro Paulo Tavares Mariante agradeceu pela inversão de  
127 pauta e destacou que a explanação da Vereadora Ana Lúcia Martins contemplará a fala de várias  
128 mulheres transexuais. Iniciando a escuta, a Vereadora Ana Lúcia Martins agradeceu o convite e  
129 realizou um breve relato sobre as ameaças de morte recebidas por ser mulher transexual e negra,  
130 afirmando que até o momento não possuem nenhuma resposta. O Conselheiro Paulo Tavares  
131 Mariante registrou a importância desse depoimento e compreendeu que é necessário que a  
132 Comissão adote medidas, sendo que estão sugerindo a realização de audiência pública. A  
133 Consultora Sandra Carvalho reforçou as explicações anteriores, ressaltando que a inclusão da pauta  
134 da violência política no CNDH é muito importante para construir um instrumento de enfrentamento.  
135 Informou que há um rol de organizações acompanhando esse caso e outros existentes, destacando a  
136 existência de medida cautelar vigente referente à vereadora. Afirmou que todas as medidas que  
137 estão sendo colocadas para impedir a participação política, o funcionamento de instituições públicas  
138 e interferindo ou interrompendo mandatos eletivos comprometem a integridade da democracia. A  
139 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos cumprimentou a vereadora e arrazoou que a  
140 UBM é solidária a sua causa. Salientou a importância da realização da audiência pública. O  
141 Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pelas explicações e retornou a ordem da pauta.  
142 Prosseguindo aos **Informes e deliberações do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e**  
143 **Enfrentamento da Violência Política na Internet - Conselheira Elisabeth Villela Costa:** A  
144 Conselheira Elisabeth Villela Costa informou que o Grupo de Trabalho já realizou três reuniões

145 formais e está sob a coordenação do representante do Repórter sem Fronteira, sendo que a  
146 composição ainda continua aberta. Relatou que foram beneficiados pela retirada dos dispositivos  
147 que tratavam sobre a liberdade de opinião do Projeto de Lei de Segurança Nacional, porém, ainda  
148 continuam acompanhando o seu processo. Comunicou que ainda continuam acompanhando a luta  
149 pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), explanando que o Ministro de Comunicações  
150 reafirmou, em audiência pública, que a intenção do governo federal é não ter um sistema público de  
151 comunicação. Compreendeu que esse GT precisa trabalhar articulado com a discussão que  
152 antecedeu o seu relato, sendo que deliberou por convidar algumas entidades as quais trabalham com  
153 redes digitais e monitoram os discursos de ódio contra candidatas mulheres para estabelecer uma  
154 forma de cooperação. Sugeriu que fosse realizada uma articulação sobre o discurso do ódio na  
155 *internet* com a Coordenação das Comissões de Mulheres, LGBTI e de Enfrentamento ao Racismo e  
156 também com a Consultora Sandra Carvalho, diante a afinidade dos temas trabalhados. Prosseguindo  
157 às **Deliberações da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de**  
158 **Expressão - Conselheira Elisabeth Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela Costa informou  
159 que a Comissão decidiu continuar a campanha referente aos problemas relacionados aos programas  
160 jornalísticos policiais, salientando que estão procurando mecanismos para incrementar os  
161 monitoramentos e as denúncias. Seguindo aos **Informes e deliberações da Comissão de**  
162 **Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de**  
163 **Direitos Humanos - Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo relatou que a  
164 Comissão está fazendo algumas movimentações para estruturar o seu trabalho, salientando que  
165 foram realizadas algumas reuniões relacionadas à transformação do CNDH em INDH. Em seguida,  
166 passou a apreciação do Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Conselho Nacional dos  
167 Direitos Humanos (CNDH) e o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), para  
168 promover cursos de formação sobre os mecanismos internacionais em matéria de direitos humanos,  
169 em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Revisão Periódica Universal  
170 (RPU). Com a sugestão do Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros de que o termo de  
171 cooperação fosse analisado pela CONJUR/MMFDH, concordou que a sugestão deve ser  
172 considerada, todavia, observou que seria uma parceria muito simples. O Conselheiro Herbert  
173 Borges Paes de Barros registrou a existência de mecanismos mais ágeis esse tipo de parceria. O  
174 Presidente Yuri Michael Pereira Costa propôs colocar o termo em votação da forma como está e  
175 submetê-lo à análise de legalidade pela CONJUR/MMFDH para eventuais adequações de forma

176 necessárias, inclusive sobre a manifestação de outras possíveis formas de celebração do objeto de  
177 maneira mais simplificada, o que foi acatado. Não havendo mais observações, colocou em processo  
178 de votação o Termo de Cooperação, o qual foi aprovado por unanimidade, com os registros dos  
179 seguintes votos favoráveis: MMFDH, CNPG, MPF, MRE, UNISOL BRASIL, CONAQ, PF, APIB,  
180 UBM, CUT, FNDC, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, DPU. O Vice-Presidente Darci  
181 Frigo reforçou o evento que será realizado no dia 27 de maio com CIDH, que terá como objetivo a  
182 apreciação do relatório, fortalecimento com o relator e a CIDH e o fortalecimento da proposta de  
183 transformação do CNDH em INDH. Passando ao **Relato e Encaminhamentos da 21ª Reunião da**  
184 **Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização**  
185 **dos Movimentos Sociais - Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira e Conselheiro**  
186 **Dinamam Tuxá:** A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira relatou que a Comissão  
187 abordou sobre o Projeto de Lei de Segurança Nacional e sobre a necessidade de aprovação do Plano  
188 Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, informando o ajuizamento de ação  
189 determinando que o MMFDH apresentasse esse plano em 90 dias. Discorreu que também foi feita  
190 uma exposição sobre o Programa de Políticas de Direitos Humanos (PPDH), destacando as  
191 principais informações apresentadas e reforçando a necessidade de envio do material produzido  
192 pelo Ministério. O Vice-Presidente Darci Frigo informou que foi definido, na 19ª Reunião  
193 Extraordinária, que o CNDH elaboraria uma nova manifestação sobre o Projeto de Lei de  
194 Segurança Nacional juntamente com a Comissão de Defensores dos Direitos Humanos. Entendeu  
195 que seria importante que o Conselho recolhesse informações junto à APIB com relação à Medida  
196 Cautelar referente aos povos Yanomami. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira  
197 sugeriu realizar uma reunião entre as Comissões das Mulheres e LGBTI, de Comunicação e de  
198 Defensoras e Defensores de Direitos Humanos para definição de estratégias que possam ser  
199 adotadas pelo Conselho frente a essa violência política às candidatas e às parlamentares negras. A  
200 Conselheira Elisabeth Villela Costa concordou com a sugestão de articulação apresentada.  
201 Complementando a explanação, o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros informou que ainda  
202 não receberam a notificação da decisão sobre o Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos  
203 Direitos Humanos, ponderando que estão conversando internamente sobre o posicionamento  
204 institucional do Ministério. Com relação ao orçamento, informou que o orçamento do PPDH e do  
205 Pró-Vida foram divididos em valores já liberados e valores pendentes de projeto de lei para  
206 ampliação. Destacou que recebeu a informação que estão sendo feitos diálogos entre o MMFDH, a

207 Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Secretaria da Receita Federal (SRF) para garantir as  
208 disponibilidades plenas para os dois programas. Acrescentou que a violência política é um tema  
209 muito complexo, lembrando que havia sugerido um ajuste comum entre o CNDH e o Tribunal  
210 Superior Eleitoral (TSE) para criação de um observatório de violências políticas. Salientou que a  
211 atuação dos órgãos de segurança pública é essencial para garantir a integridades dessas pessoas, de  
212 modo que seria necessária uma reflexão no âmbito da Comissão de Defensores junto à Comissão de  
213 Liberdade de Expressão para pensar em encaminhamento nesse sentido. O Conselheiro Antônio  
214 Fernandes de Jesus Vieira - Dinamam Tuxá informou sobre a denúncia da APIB de perseguição da  
215 FUNAI, propondo a elaboração de um encaminhamento do CNDH referente a esse tema. Presidente  
216 Yuri Michael Pereira Costa notificou que essa denúncia já foi formalizada pela APIB à Mesa  
217 Diretora, que está realizando os encaminhamentos necessários. Seguindo ao **Relato da 10ª Reunião**  
218 **da Comissão Permanente de Direito à Cidade - Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira e**  
219 **Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior informou que estão  
220 em processo de construção do Grupo de Trabalho para tratativa da resolução referente aos despejos  
221 administrativos, discorrendo que a minuta será apresentada na próxima reunião para apreciação.  
222 Agradeceu pela aprovação do ingresso do CNDH como *amicus curiae* na ADPF 828. Retomando  
223 aos **Informes de deliberações da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das**  
224 **Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo**  
225 **- Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães e Lucileine da Silva Souza**  
226 **e Conselheiro Paulo Mariante; convidada consultora *ad hoc* para o tema Sandra Carvalho:** A  
227 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos apresentou e realizou a leitura da Nota Pública:  
228 “MAIO É O MÊS DAS MÃES, NÃO É DA MATANÇA DE SEUS FILHOS!”. Não havendo  
229 considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a Nota  
230 Pública, a qual foi aprovada por maioria, com os seguintes registros de votos favoráveis: CNPG,  
231 CONAQ, UBM, PF, CUT, FNDC, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, UNISOL BRASIL,  
232 ABGLT, APIB, DPU. Abstenções: MMFDH, MPF, MRE. Prosseguindo ao **Relato e**  
233 **Encaminhamentos da 15ª e 16ª Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à**  
234 **Educação e à Seguridade Social - conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Dirami  
235 Berriel discorreu que foi realizado o relato sobre o caso de homofobia na multinacional Basf S.A, o  
236 qual quase levou ao suicídio de um empregado. Informou que deliberaram pelo encaminhamento de  
237 ofício a empresa, solicitando o comparecimento em uma reunião para apresentar as informações.



238 Em seguida, apresentou a Recomendação que indica que seja rejeitada a PEC nº 32/2020. Não  
239 havendo observações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, a  
240 qual foi aprovada por maioria, com os seguintes registros de votos favoráveis: CNPG, UNISOL  
241 BRASIL, CONAQ, PF, APIB, UBM, CUT, FNDC, DHESCA BRASIL, CFP, ABGLT, CONIC,  
242 DPU. Abstenção: MMFDH. Voto contrário: MRE. Em seguida, a Conselheira Virgínia Dirami  
243 Berriel apresentou a Recomendação que indica que seja rejeitado o veto presidencial ao Projeto de  
244 Lei nº 3.477/2020, e apresentação de projeto de lei para a implementação da infraestrutura de rede  
245 de suporte do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para conexão em banda larga em  
246 municípios e localidades ainda não atendidos, nas áreas geográficas de concessão das operadoras.  
247 Questionado sobre consulta ao Ministério das Comunicações sobre a ampliação do sistema gratuito  
248 de *internet* nos municípios durante o período de realização da pesquisa, esclareceu que não houve  
249 essa consulta, discorrendo que gostaria de convidar esse ministério para justificar a falta de  
250 fiscalização. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em  
251 processo de votação a recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com os seguintes registros de  
252 votos favoráveis: CNPG, UNISOL BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, FNDC, DHESCA BRASIL,  
253 CFP, CONIC, CUT, ABGLT, DPU. Votos Contrários: MMFDH, MRE. A Conselheira Virgínia  
254 Dirami Berriel registrou que terá que se ausentar nesse momento da reunião, desculpando-se.  
255 Passando ao **Relato e Encaminhamentos quanto ao evento e ao documento final produzido no**  
256 **4º Encontro da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos e 6ª Reunião Ampliada dos**  
257 **Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos - Conselheira Eneida**  
258 **Guimarães:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos solicitou que a Secretaria  
259 Executiva enviasse, para conhecimento dos conselheiros, o Pacto Nacional da Rede Nacional dos  
260 Conselhos de Direitos Humanos. Apresentou os principais pontos abordados no 4º Encontro,  
261 salientando a inexistência de conselhos nos estados de Roraima e do Acre, os quais não  
262 participaram do encontro. Informou sobre as questões debatidas e aprovadas as quais merecem  
263 apreciação do plenário, ponderando que será necessário deliberar sobre a elaboração de texto de  
264 Resolução Conjunta sobre Diretrizes para o Fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos à  
265 luz dos Princípios de Paris, visto que foi designada como relatora e o Conselheiro Estadual Paulo  
266 César Carbonari como consultor *ad hoc*, com o prazo de 90 dias. Em seguida, apresentou o  
267 Documento Final do 4º Encontro da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos e 6ª  
268 Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos, destacando

269 os seus principais pontos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa propôs que o prazo elaboração  
270 do texto de resolução conjunta fosse ampliado para 180 dias por questão de segurança, o que foi  
271 acatado. Não havendo consideração, colocou em processo de votação a designação, a qual foi  
272 aprovada por unanimidade por aclamação, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL,  
273 CONAQ, APIB, FNDC, DHESCA BRASIL, MNMMR, ABGLT, CONIC, MMFDH, MRE, DPU.  
274 Feitos os esclarecimentos necessários em relação ao documento final, o Presidente Yuri Michael  
275 Pereira Costa colocou-o em processo de votação, o qual foi aprovado por unanimidade, com os  
276 registros dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, CONAQ, APIB, FNDC,  
277 DHESCA BRASIL, MNMMR, ABGLT, CONIC, CONAM, MMFDH, MRE, DPU. Finalizados os  
278 itens de pauta, registrou também o afastamento da Assessora Ana Saboia, que retornará ao  
279 Ministério da Justiça e Segurança Pública, agradecendo o seu trabalho. **Conclusão e**  
280 **Encerramento da 20ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente  
281 Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à participação de todos, finalizando a  
282 reunião.